

AUGUSTO CURY
Organizador

Juristas colaboradores

Kazuo Watanabe • Luis Felipe Salomão • Claudio Lamachia •
Valeria Ferioli Lagrasta • Henrique Ávila e Trícia Navarro
Xavier Cabral • Luiz Pontel de Souza • Reynaldo Soares
da Fonseca e Gabriel Campos Soares da Fonseca •
Jayme Martins de Oliveira Neto • Grace Maria Fernandes
Mendonça • Júlio Camargo de Azevedo • Domingos Barroso
da Costa • Fernanda Mambriini Rudolfo e
Antonio José Maffezoli Leite

Soluções PACÍFICAS DE CONFLITOS PARA UM BRASIL MODERNO



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Fabricio Vale
- Data de fechamento: 23.04.2019

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S675

Soluções Pacíficas de Conflitos: para um Brasil Moderno / organização Augusto Cury. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8208-9

1. Mediação – Brasil. 2. Conciliação (Processo civil) – Brasil. 3. Resolução de disputa (Direito) – Brasil. I. Cury, Augusto.

18-51270

CDU: 347.925

Vanessa Mafra Xavier Saigado – Bibliotecária – CRB-7/6644

SUMÁRIO

Introdução – Augusto Cury	1
1. Conheça a ti mesmo para pacificar os conflitos.....	5
2. Gestão da emoção é a chave da pacificação.....	7
3. A complexa natureza dos pensamentos e as armadilhas da pacificação: ninguém muda ninguém, só o outro se repensa....	9
4. A SPA – Síndrome do Pensamento Acelerado – e a expansão dos conflitos na era moderna.....	13
5. A síndrome predador-presa: mecanismos primitivos do cérebro que estão na base dos conflitos humanos.....	17
6. Conclusões da gestão da emoção para a pacificação de conflitos.....	20
Referências.....	24
Estratégias para a solução pacífica dos conflitos de interesses – Kazuo Watanabe	27
1. Importância do estudo dos conflitos de interesses e das estratégias e técnicas adequadas de sua prevenção e solução como capítulo do Direito Processual Civil.....	27
2. Conflitos de interesses não canalizados para o Poder Judiciário.....	30
3. Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses.....	34
4. Atualização do conceito de acesso à justiça.....	35

5. Transformação da “cultura da sentença” em “cultura da pacificação”	36
Referências.....	37
Guerra e paz: as conexões entre jurisdição estatal e os métodos adequados de resolução de conflitos – Luis Felipe Salomão.....	43
1. Introdução	43
2. Movimento Mundial de Acesso à Justiça e o microsistema legal brasileiro	49
3. Das várias formas de solução de conflitos.....	66
3.1. Tribunal Multiportas	66
3.2. Conciliação	73
3.3. Mediação.....	78
3.4. Arbitragem.....	85
4. Outros métodos de solução de conflitos.....	90
4.1. Negociação.....	90
4.2. <i>Ombudsman</i>	91
4.3. <i>Factfinding</i>	93
4.4. Facilitação	93
4.5. Avaliação de terceiro neutro.....	94
4.6. <i>Dispute Resolution Board</i>	95
4.7. <i>Design</i> de Sistema de Disputas (DSD).....	99
5. Conclusão	101
Referências.....	102
Por uma cultura de direitos, não de litigiosidade – Claudio Lamachia	113
1. Breve contextualização histórica.....	113
2. O papel do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito.....	117
3. O direito de acesso à justiça como garantia cidadã.....	119
4. A sobrecarga do Poder Judiciário: o exemplo brasileiro	122
5. Medidas contra a crise do Judiciário: a solução consensual de litígios.....	125

6. Substituindo a cultura de litigiosidade por uma cultura de direitos.....	128
7. O papel da advocacia para a promoção da paz social.....	132
Referências.....	135
Reflexões sobre o conflito e seu enfrentamento – Valeria Ferioli Lagrasta	
1. Considerações iniciais.....	141
2. Crise do Judiciário.....	142
3. O conflito: origem histórica e peculiaridades.....	146
4. Métodos autocompositivos e heterocompositivos de solução de conflitos.....	152
5. Conclusão.....	157
Referências.....	160
Gestão judicial e solução adequada de conflitos: um diálogo necessário – Henrique Ávila e Trícia Navarro Xavier Cabral	
1. Introdução.....	169
2. Governança judicial.....	171
3. O fortalecimento de mecanismos legítimos de solução adequada de conflito.....	174
4. Reflexos da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos.....	176
5. Análise prospectiva do tema.....	180
Referências.....	180
Os meios consensuais de solução de conflitos como prática transformadora para a realização da justiça – Luiz Pontel de Souza	
1. Introdução.....	187
2. O cenário atual.....	188
3. Iniciativas normativas que contribuíram para a solução consensual de conflitos.....	190
4. Conciliação, mediação e arbitragem: distinção e aplicação.....	194
5. A atuação do Ministério da Justiça.....	197

6. A importância dos sentimentos para a solução de litígios	201
7. Considerações finais.....	204
Referências.....	205
Conflitos, humanismo e jurisdição: a conciliação na Justiça Federal da Primeira Região – Reynaldo Soares da Fonseca e Gabriel Campos Soares da Fonseca.....	211
1. Introdução	211
2. O jus-humanismo normativo: um breve olhar	213
3. O princípio da fraternidade como categoria jurídica.....	214
3.1. Reconstrução histórica: liberdade, igualdade e fraternidade	215
3.2. A normatividade do princípio da fraternidade	216
4. Conflitos, conciliação e fraternidade	220
5. A experiência da Justiça Federal da 1ª Região	222
6. Considerações finais.....	224
Referências.....	225
O papel do Judiciário na nova era – Jayme Martins de Oliveira Neto.....	231
1. Introdução	231
2. O Poder Judiciário nas Constituições brasileiras	232
3. Solução de conflitos. Conciliação e mediação	233
4. Solução de conflitos. A magistratura em movimento de pacificação social.....	236
5. A democracia fraterna.....	240
Referências.....	241
A mediação e a conciliação como mecanismos de promoção de uma sociedade mais pacífica e inclusiva: experiência da Advocacia-Geral da União – Grace Maria Fernandes Mendonça	245
1. Introdução	246
2. Uma visão geral a respeito da Advocacia-Geral da União	251
3. Avanços da denominada Administração Consensual	253

4. Arcabouço normativo sobre o qual se funda a política conciliatória da Advocacia-Geral da União e a experiência institucional. Conciliação e Mediação como instrumentos de efetiva pacificação social	257
5. Experiência envolvendo o acordo dos Planos Econômicos	263
6. Algumas ponderações acerca do processo de mediação e conciliação.....	269
7. Considerações finais.....	271
Referências.....	272
A Defensoria Pública e os métodos consensuais de tratamento de conflitos: proposta de um perfil de atuação renovador diante do Código de Processo Civil de 2015 – Júlio Camargo de Azevedo	279
1. Notas introdutórias.....	279
2. A política pública de tratamento consensual dos conflitos e o isomorfismo das instituições públicas componentes do Sistema de Justiça	281
3. A Defensoria Pública, o Código Processual de 2015 e a justiça consensual.....	288
4. Por um novo perfil de atuação extrajudicial do Defensor Público	293
4.1. O perfil proativo.....	294
4.2. O perfil integrativo	295
4.3. O perfil preventivo.....	296
4.4. O perfil interdisciplinar.....	298
4.5. O perfil pedagógico	301
5. Conclusão	303
Referências.....	304
A Defensoria Pública e o resgate de cidadania a partir da solução consensual de conflitos – Domingos Barroso da Costa	311
1. Introdução	311
1.1. Sobre nosso lugar de fala.....	312
2. Conflito e democracia	313

3. As soluções consensuais como meios de resgate do potencial democrático dos conflitos.....	319
3.1. A importância da Defensoria Pública na transformação da cultura do litígio e na construção de um paradigma fundado na solução consensual de conflitos.....	321
4. Considerações finais.....	325
Referências.....	325
Solução pacífica de conflitos: a experiência da Defensoria Pública – <i>Fernanda Mambrini Rudolfo e Antonio José Maffezoli Leite</i>.....	331
Referências.....	345
Posfácio	347